

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João
2 – CBHLSJ. Ao terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às
3 dez horas em primeira convocação e às dez horas e trinta minutos em segunda
4 convocação, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma *ZoomMeet*), tendo
5 como pauta os seguintes assuntos: **1.Aprovação da Ata da Reunião anterior**
6 **(13/08/2024); 2.Aprovação do Plano Anual de Atividades e Desembolso (PAAD)**
7 **2025; 3.Apresentação dos resultados do Curso de Capacitação em Gestão de**
8 **Recursos Hídricos - CILSJ; 4.Análise e aprovação de aporte de recursos para a**
9 **construção da Estação Elevatória (EEE) – Projeto de Esgotamento Sanitário em**
10 **Iguaba Grande; 5.Avaliação da resolução que “Revoga as Resoluções do CBHLSJ**
11 **nº 193/2023 e 198/2023 que aprovaram recursos para execução das obras de**
12 **esgotamento sanitário do Bairro Cem Braças, no Município de Armação dos**
13 **Búzios/RJ, e para execução de obra de esgotamento sanitário do Bairro Caxito, no**
14 **Município de Silva Jardim/RJ, realocando seus saldos remanescentes acrescidos**
15 **dos rendimentos das aplicações financeiras no montante de R\$ 5.219.294,02 (cinco**
16 **milhões duzentos e dezenove mil duzentos e noventa e quatro reais e dois centavos)**
17 **para a Conta Única de Saneamento instituída por meio da Resolução CBHLSJ nº**
18 **187/2023”; 6.Avaliação da resolução que aprova o aporte de recursos para a**
19 **“continuidade do SIGA – São João”; 7.Avaliação da resolução que aprova a**
20 **criação do “Grupo de Trabalho para identificar características e encontrar**
21 **soluções que contribuam para a balneabilidade da Laguna de Saquarema (GT da**
22 **Laguna de Saquarema) no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica das Lagunas**
23 **de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una". 8.Análise e aprovação do**
24 **Termo de Cooperação Técnica do Projeto Casuarina; 9.Apresentação do Protocolo**
25 **de Monitoramento da Governança das Águas – Observatório das Águas (OGA**
26 **BRASIL); 10. Assuntos Gerais.** Onde compareceram os seguintes representantes, por
27 videoconferência, conforme lista de presença: Sra. Gisela Livino de Carvalho (Instituto
28 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio); Sr. Wilson Luiz
29 Nicodemos (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de
30 Janeiro - EMATER-RIO); Sra. Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho e Sra. Aline
31 Thomasi da Silva (Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ); Sr. Carlos
32 Henrique Teles Tibáio (Instituto Estadual do Ambiente); Sr. Walter Luiz da Silva Ramos
33 (Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos - ASAERLA); Sr.
34 Arnaldo Villa Nova (Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa); Sra.
35 Cristiane Bastos Mariano (Associação dos Pescadores Artesanais do Distrito de
36 Figueira); Sr. Vinícius Carvalho da Silva Mendes (Associação Raízes); Sra. Dalva Rosa
37 Mansur e Sra. Sandra Barbara de Souza (Instituto de Pesquisas e Educação para o
38 Desenvolvimento Sustentável - IPEDS); Sra. Kátia Regina Martins de Souza
39 (Movimento de Mulheres de Iguaba Grande - MOMIG); Sr. Clelvio Martins Castello
40 (Ordem dos Advogados do Brasil – 62 Subseção de Iguaba Grande); Sr. Eduardo
41 Gomes Pimenta (Universidade Veiga de Almeida); Sr. Jorge Carmo de Mello
42 (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA); Sr. Francisco da
43 Rocha Guimarães Neto (Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da
44 Pitória); Sr. Paulo Cesar Pinheiro (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da
45 Baleia); Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama - CNA); Sr.
46 Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29); Sra. Suzana
47 Nascimento Nunes de Souza (Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ); Sr. Ricardo
48 Fernando Guadagnin e Sr. Sérgio Kunio Yamagata (Federação das Indústrias do Estado
49 do Rio de Janeiro – FIRJAN); Sra. Aline Silva Araújo (Prolagos S.A Concessionária de

50 Serviços Públicos de Água e Esgoto); Sr. Gilton Souza de Luna (Sindicato dos
51 Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cabo Frio). **Convidados:** Sra. Isabelle
52 Mendes (Dois Arcos Construções e Gestão de Resíduos LTDA); Sr. Vinícius Reis
53 (Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu); Breno Cerqueira (Associação Raízes);
54 Larissa Rios (ouvinte); Simone (ouvinte); Angelo Lima (Observatório das Águas);
55 Raphaella (Instituto Estadual do Ambiente); Sra. Bruna Jobim (Serviço de Apoio ao
56 Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERVASHI). **Entidade Delegatária:** Sra.
57 Adriana Miguel Saad Guimarães (Secretária Executiva do CILSJ); Sr. Leonardo
58 Nascimento (Analista Técnico do CILSJ/CBHLSJ); Sra. Aline Ribeiro (Analista
59 Técnica do CILSJ/CBHLSJ); Sra. Vanessa Sotto Maior De Lima Moura (Analista
60 Técnica do CILSJ/CBHLSJ); Sra. Samara Miranda (Assistente Administrativa do
61 CILSJ/CBHLSJ); Sr. Allan Barbosa (Estagiário do CILSJ); Sr. Breno Berti (Estagiário
62 do CILSJ); Thaisa Azevedo (Assessoria de Comunicação do CILSJ/CBHLSJ). **Faltas**
63 **justificadas:** Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Associação das Mulheres
64 Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação dos Pescadores
65 Artesanais no Parque das Garças Integrada. O Presidente do CBHLSJ, Sr. Eduardo
66 Pimenta, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, A Sra. Aline
67 Ribeiro, Analista Técnica do CILSJ/CBHLSJ, solicitou, a pedido da Secretaria
68 Executiva e Coordenação Técnico-Administrativa do CILSJ, a exclusão do item
69 referente à **Aprovação do Plano Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) 2025** da
70 pauta da reunião, sendo tal solicitação acatada pelos membros presentes. Passou-se
71 então para a **Aprovação da Ata da Reunião anterior (13/08/2024)**. Não houve
72 solicitações de alterações, sendo assim, a ata foi aprovada pela maioria dos membros
73 presentes. Seguiu-se para a **Apresentação dos resultados do Curso de Capacitação**
74 **em Gestão de Recursos Hídricos - CILSJ**. O Sr. Leonardo Nascimento (Analista
75 Técnico do CILSJ/CBHLSJ) explicou que a apresentação em questão tinha como
76 objetivo informar os membros sobre a execução do projeto do Curso de Capacitação em
77 Gestão de Recursos Hídricos – CILSJ, conduzido pela empresa Ciclos. Relatou que,
78 durante o período de inscrição, o número de inscritos foi de 82 para a turma presencial e
79 77 para a turma online, dos quais foram selecionados 50 para cada turma, conforme
80 estabelecido no escopo do projeto. Ao final do curso, 29 participantes da turma
81 presencial e 43 da turma online concluíram a capacitação. O Sr. Leonardo Nascimento
82 informou ainda que aguardava o envio do relatório final pela empresa contratada, que,
83 após avaliação do CILSJ, seria submetido aos membros da Câmara Técnica de
84 Educação Ambiental e Comunicação Social (CTEACOM) para apreciação. Comentou
85 sobre as visitas técnicas, parte integrante da programação do curso, destacando sua
86 importância para demonstrar a complexidade do trabalho realizado pelas instituições
87 que compõem o CBHLSJ e possibilitar a verificação in loco dos conteúdos abordados
88 durante a capacitação. Em seguida, o Sr. Leonardo Nascimento apresentou os resultados
89 da avaliação dos participantes sobre o desempenho pedagógico da Ciclos, que foi
90 considerado satisfatório. Compartilhou, também, alguns comentários dos participantes
91 sobre o curso, que expressaram satisfação e sugeriram a continuidade do curso nos
92 próximos anos. Por fim, o Sr. Leonardo Nascimento mencionou que a CTEACOM
93 aprovou a realização de um evento de encerramento do curso, com a entrega de
94 certificados a todos os participantes concluintes, tanto da turma presencial quanto da
95 online. O evento está previsto para ocorrer no final de outubro, na Universidade Veiga
96 de Almeida (UVA). O Sr. Eduardo Pimenta confirmou a reserva do auditório principal
97 da UVA para a realização do evento no dia 25 de outubro, às 15h. Em relação à
98 proposta de continuidade do curso, informou que a Diretoria Colegiada decidiu dar

99 prosseguimento ao curso a partir de 2025. O Sr. Vinícius Carvalho da Silva Mendes
100 (Associação Raízes) compartilhou sua experiência como participante do curso,
101 parabenizando todos os envolvidos (CBHLSJ, CILSJ e Ciclos) pela iniciativa e pelo
102 trabalho realizado. Destacou a importância do curso para agregar valores e
103 conhecimentos, relatando que a Professora Ellen Ramos, também aluna do curso,
104 aplicou os conhecimentos adquiridos em sala de aula com alunos do CIEP Bacaxá, em
105 Saquarema/RJ, e do Colégio Estadual de Belford Roxo, utilizando os materiais didáticos
106 disponibilizados no curso. Ao final, ele defendeu a realização de novos cursos. A Sra.
107 Gisela Livino de Carvalho (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -
108 ICMBio), parabenizou pela iniciativa do projeto, elogiando especialmente o Professor
109 Fabrício, e apoiou a continuidade do curso, sugerindo um módulo mais avançado para
110 os alunos que concluíram a capacitação. Sem mais comentários por parte dos presentes,
111 seguiu-se para a **Análise e aprovação de aporte de recursos para a construção da**
112 **Estação Elevatória (EEE) – Projeto de Esgotamento Sanitário em Iguaba Grande.**
113 O Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29)
114 informou que a construção da elevatória em questão visava finalizar a obra de
115 esgotamento sanitário aprovada pelo CBHLSJ. Mencionou que, no mês passado,
116 participou de uma reunião na Prefeitura do município, onde se obteve autorização para
117 concluir a obra, uma vez que o local de intervenção foi pavimentado com blocos
118 intertravados. Para finalizar a obra, seria necessário realizar intervenções nesse
119 pavimento. Diante disso, a empresa responsável comprometeu-se a retirar e reinstalar o
120 pavimento após a intervenção. Com a aprovação do recurso, a Entidade Delegatária
121 daria os devidos encaminhamentos para a conclusão do sistema. A Sra. Adriana Miguel
122 Saad Guimarães (Secretária Executiva do CILSJ) complementou, explicando que,
123 inicialmente, ficou acordado que o Comitê se encarregaria da construção da rede
124 coletora e a Concessionária Prolagos, da elevatória. No entanto, como esse investimento
125 ainda não foi aprovado pela Agenersa, a Concessionária não poderia executar a obra de
126 imediato, o que comprometeria o funcionamento do sistema. Assim, propôs-se que o
127 Comitê custeasse a construção da elevatória, e, em contrapartida, a Prolagos assumiria a
128 obra de esgotamento sanitário em Cem Braças, Armação dos Búzios, a qual seria
129 executada com o recurso aportado pelo Comitê. A Sra. Aline Silva Araújo (Prolagos
130 S.A) informou que a obra em Cem Braças estava prevista para iniciar em novembro de
131 2024. Não havendo ressalvas por parte dos membros, foi colocada em votação a
132 aprovação da resolução em questão. Os representantes das seguintes instituições se
133 manifestaram a favor da aprovação: Instituto Chico Mendes de Conservação da
134 Biodiversidade – ICMBio; Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ;
135 Instituto Estadual do Ambiente; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva
136 Lagoa; Associação dos Pescadores Artesanais do Distrito de Figueira; Associação
137 Raízes; Ordem dos Advogados do Brasil – 62 Subseção de Iguaba Grande;
138 Universidade Veiga de Almeida; Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da
139 Baleia; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Federação das Indústrias do Estado
140 do Rio de Janeiro – FIRJAN; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de
141 Água e Esgoto. Não havendo manifestações contrárias, a resolução foi aprovada pela
142 maioria dos membros presentes. Prosseguiu-se para **Avaliação da resolução que**
143 **“Revoga as Resoluções do CBHLSJ nº 193/2023 e 198/2023 que aprovaram**
144 **recursos para execução das obras de esgotamento sanitário do Bairro Cem Braças,**
145 **no Município de Armação dos Búzios/RJ, e para execução de obra de esgotamento**
146 **sanitário do Bairro Caxito, no Município de Silva Jardim/RJ, realocando seus**
147 **saldos remanescentes acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras no**

148 **montante de R\$ 5.219.294,02 (cinco milhões duzentos e dezenove mil duzentos e**
149 **noventa e quatro reais e dois centavos) para a Conta Única de Saneamento**
150 **instituída por meio da Resolução CBHLSJ nº 187/2023”.** A Sra. Adriana Saad
151 explicou que a resolução em questão era necessária para que o recurso fosse retornado à
152 Conta Única de Saneamento do Comitê. Comentou que a situação do projeto de Búzios
153 já havia sido esclarecida anteriormente; agora, em relação a Silva Jardim/RJ, elucidou
154 que, devido a diversos entraves no local de intervenção que não foram esclarecidos pela
155 Prefeitura, decidiu-se devolver o recurso à conta do Comitê. Posteriormente, a
156 Prefeitura poderia propor um novo projeto de saneamento, se desejasse. Destacou que
157 parte desse recurso devolvido seria destinada à construção da elevatória de Iguaba
158 Grande, e o restante ficaria sob responsabilidade do Comitê para decidir onde aplicá-lo.
159 Não havendo ressalvas por parte dos membros, foi colocado em votação a resolução em
160 questão. Os representantes das seguintes instituições se manifestaram a favor da
161 aprovação: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
162 Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ; Instituto Estadual do
163 Ambiente; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação dos
164 Pescadores Artesanais do Distrito de Figueira; Associação Raízes; Universidade Veiga
165 de Almeida; Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA;
166 Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia; Colônia de Pescadores de
167 Iguaba Grande - Z29; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Federação das
168 Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Prolagos S.A Concessionária de
169 Serviços Públicos de Água e Esgoto. **Abstenção:** Ordem dos Advogados do Brasil – 62
170 Subseção de Iguaba Grande. Sendo assim, a resolução foi aprovada pela maioria dos
171 membros presentes. Avançou-se para **avaliação da resolução que aprova o aporte de**
172 **recursos para a “continuidade do SIGA – São João”.** O Sr. Arnaldo Villa Nova
173 (Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa) questionou se o SIGA
174 tinha algum direcionamento claro, pois observava, há muito tempo, recursos sendo
175 aprovados para ele, mas não via resultados concretos. A Sra. Adriana Saad explicou que
176 a ferramenta era uma exigência do Contrato de Gestão INEA nº 61/2022. Entretanto, o
177 principal problema é que os membros do Comitê não acessavam a plataforma,
178 resultando em sua baixa utilização. Por esse motivo, foi incluída no escopo da próxima
179 contratação a capacitação dos membros do Comitê sobre o uso da ferramenta. Além
180 disso, será intensificada a divulgação da plataforma pelo CILSJ e pela empresa que será
181 contratada, a fim de incentivar sua utilização. O Sr. Arnaldo Villa Nova comentou que
182 não valia a pena destinar recursos a algo que não estava sendo utilizado, acrescentando
183 que não encontrou informações de qualidade na plataforma que pudessem ser úteis. A
184 Sra. Adriana Saad exemplificou que a plataforma auxiliou a Entidade Delegatária na
185 elaboração de respostas a ofícios do Ministério Público. A Sra. Dalva Rosa Mansur e a
186 Sra. Sandra Barbara de Souza (Instituto de Pesquisas e Educação para o
187 Desenvolvimento Sustentável - IPEDS) relataram que utilizavam a plataforma e
188 defenderam que ela era uma ferramenta valiosa, com recursos de manutenção bem
189 aplicados, reforçando a importância de seu uso pelos membros. Foi sugerido, como
190 melhoria, o aprimoramento dos dados e maior detalhamento das informações sobre os
191 municípios da Região Hidrográfica VI. Sem mais comentários por parte dos membros,
192 foi colocado em votação a aprovação da resolução em questão. Os representantes das
193 seguintes instituições se manifestaram a favor da aprovação: Instituto Chico Mendes de
194 Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Associação de Defesa da Lagoa de
195 Araruama - Viva Lagoa; Associação Raízes; Universidade Veiga de Almeida;
196 Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia; Colônia de Pescadores de

197 Iguaba Grande - Z29; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Federação das
198 Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Prolagos S.A Concessionária de
199 Serviços Públicos de Água e Esgoto. Com apenas o **voto contrário** do representante da
200 Ordem dos Advogados do Brasil – 62 Subseção de Iguaba Grande, a resolução foi
201 aprovada pela maioria dos membros presentes. Dando prosseguimento, passou-se para
202 **avaliação da resolução que aprova a criação do “Grupo de Trabalho para**
203 **identificar características e encontrar soluções que contribuam para a**
204 **balneabilidade da Laguna de Saquarema (GT da Laguna de Saquarema) no**
205 **âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica das Lagunas de Araruama e Saquarema**
206 **e dos Rios São João e Una”**. "O Sr. Eduardo Pimenta contextualizou que o pleito foi
207 apresentado na reunião da Diretoria Colegiada e destacou a importância da demanda
208 diante dos acontecimentos na região, parabenizando os envolvidos pela iniciativa. A
209 Sra. Dalva Mansur ressaltou a importância da criação do grupo, observando que havia
210 vários estudos sobre a Lagoa de Saquarema, mas nada consolidado. Mencionou que o
211 corpo hídrico enfrentava diversos impactos negativos, como perda de balneabilidade e
212 diminuição do estoque pesqueiro, entre outros, e reforçou a necessidade de avaliar todos
213 os fatores para a recuperação da lagoa. A Sra. Gisela Livino de Carvalho (Instituto
214 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio) solicitou a criação de um
215 Grupo de Trabalho (GT) para investigar as causas da poluição na Lagoa de Juturnaíba,
216 pois é dele a água captada pelas concessionárias para distribuição à população. A Sra.
217 Dalva Mansur sugeriu que o pleito fosse discutido primeiramente no Subcomitê do Rio
218 São João, mas recomendou abordá-lo nos Assuntos Gerais para manter o foco da pauta
219 principal. Retomando o tema da pauta, a Sra. Aline Ribeiro destacou que ainda era
220 necessário definir o representante da Concessionária Águas de Juturnaíba (CAJ) no GT
221 Lagoa de Saquarema. Contou que ficou acordado, na última reunião da Câmara Técnica
222 Institucional Legal (CTIL), que a indicação seria feita na reunião de Plenária. O Sr.
223 Vinícius Reis (Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu) mencionou que a
224 Concessionária Águas do Rio, fornecedora de água para o distrito de Barra de São João,
225 estava captando água da Represa de Juturnaíba para distribuição via caminhão-pipa. O
226 Sr. Arnaldo Villa Nova reiterou que temas fora da pauta principal deveriam ser
227 discutidos nos Assuntos Gerais. Corroborando com a fala da Sra. Dalva Mansur, o Sr.
228 Vinícius Carvalho da Silva Mendes acrescentou que, no Conselho Municipal de Meio
229 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (COMMADS), não havia informações sobre
230 o projeto técnico da obra na Barra Franca. Relatou também que o Conselho foi cobrado
231 pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de
232 Janeiro (CDMA-ALERJ) e pelo Ministério Público para se pronunciar sobre os
233 procedimentos planejados para a Barra Franca. A Sra. Aline Ribeiro reiterou a
234 necessidade de indicar o representante da CAJ para inclusão na resolução de criação do
235 GT da Lagoa de Saquarema. A Sra. Suzana Nascimento Nunes de Souza (CAJ)
236 informou que aguardavam um ofício do Comitê formalizando a solicitação, conforme
237 acordado na reunião da CTIL. A Sra. Aline Ribeiro esclareceu que, durante a reunião,
238 foi dito que a indicação poderia ser feita na Plenária, mas que, caso não fosse, a CAJ
239 poderia responder por meio de ofício posteriormente. A Sra. Suzana Nascimento Nunes
240 de Souza questionou se não deveria haver um ofício formal do Comitê solicitando à
241 CAJ a indicação. A Sra. Aline Ribeiro respondeu que tal formalidade não era
242 necessária, mas que, se fosse exigido, poderiam proceder com o envio do ofício. O Sr.
243 Eduardo Pimenta deliberou o envio do ofício, conforme solicitado. Sem mais ressalvas
244 por parte dos membros, foi colocado em votação a aprovação da resolução em questão.
245 Os representantes das seguintes instituições se manifestaram a favor da aprovação:

246 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro -
247 EMATER-RIO; Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ; Instituto
248 Estadual do Ambiente; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande - MOMIG; Ordem
249 dos Advogados do Brasil – 62 Subseção de Iguaba Grande; Universidade Veiga de
250 Almeida; Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia; Colônia de
251 Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ;
252 Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Prolagos S.A
253 Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Não havendo manifestações
254 contrárias, a resolução foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Passou-se
255 para **análise e aprovação do Termo de Cooperação Técnica do Projeto Casuarina**.
256 A Sra. Adriana Saad explicou que, em 2022, foi realizada uma reunião da Câmara
257 Técnica de Restauração Florestal, Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (CT
258 Restauração Florestal) para tratar da problemática que a Restinga de Massambaba
259 enfrentava devido à invasão da espécie exótica Casuarina. Comentou sobre a proposta
260 de um acordo de cooperação técnica com o INEA, que, porém, não avançou. Assim, o
261 CILSJ retomou o diálogo com o INEA sobre o tema. A questão foi então apresentada
262 novamente na CT Restauração Florestal, mas os membros solicitaram mais
263 informações, que estavam sendo levantadas pelo CILSJ. Portanto, nesse momento, não
264 se colocaria o Termo de Cooperação em aprovação. A Sra. Adriana informou que o
265 CILSJ pretendia, paralelamente, submeter uma manifestação de interesse ao edital
266 Florestas do Amanhã, visando apresentar o Projeto Casuarina. Para isso, foi solicitada a
267 anuência do INEA e do chefe do parque responsável pela área da Duna Dama Branca,
268 onde o projeto se realizaria, e destacou que o trabalho seria feito em parceria com o
269 Comitê e outras entidades. Sendo assim, o que seria colocado em votação, neste
270 momento, era uma carta de intenção do CBHLSJ como parceiro do projeto. Explicou
271 que o projeto incluiria sensibilização da comunidade, planejamento da retirada e
272 recomposição da restinga, além da construção de viveiros com parceiros. Também
273 mencionou que a importância da restinga para a comunidade pesqueira seria
274 considerada, e áreas com e sem Casuarinas seriam definidas. O Sr. Leandro Coutinho
275 Mattos relatou que praticantes de kitesurf estavam preocupados com o crescimento
276 desordenado das casuarinas na Ponta da Alcaíra (Arubinha), que interfere na corrente de
277 vento e prejudica a prática. A Sra. Dalva Mansur manifestou apoio à retirada das
278 casuarinas, pois estas impedem o desenvolvimento de outras espécies nativas.
279 Comentou que uma ação semelhante estava sendo realizada no Parque Ecológico
280 Municipal do Dormitório das Garças, com bons resultados, e que a carta de apoio ao
281 projeto do IPEDS já estava pronta. O Sr. Arnaldo Villa Nova pediu um parecer do
282 INEA, visto que a Casuarina já estava na região há cerca de 100 anos e que o problema
283 atual era o descontrole de sua reprodução. Ressaltou a existência de opiniões
284 divergentes, com algumas defendendo a retirada e outras a permanência da espécie, e
285 sugeriu uma divisão em zonas onde a Casuarina permaneceria e onde seria retirada. O
286 Sr. Carlos Henrique Teles Tibáo (Instituto Estadual do Ambiente) informou que não
287 estava ciente do projeto, contudo, manifestou favorável ao controle e manejo das
288 casuarinas na restinga, ressaltando que a questão era fato científico e já havia sido
289 amplamente debatido dentro do INEA. O Sr. Villa Nova sugeriu que as prefeituras dos
290 municípios, onde a espécie está presente, formassem equipes para vistoriar e remover as
291 sementes e brotos recentes, visando conter a reprodução da espécie. Enfatizou a
292 urgência no controle, independentemente de qualquer projeto. A Sra. Adriana reiterou
293 que o Comitê discute o assunto desde 2022 e que, com o lançamento do edital, o CILSJ
294 vem consultando o parque para obter autorização e definir métodos e técnicas com

295 especialistas para elaborar o projeto. Ressaltou que apenas remover as sementes não era
296 suficiente, dadas as especificidades da região e da espécie, tornando o controle mais
297 complexo. Acrescentou que, passada a fase de manifestação, o CILSJ avançará na
298 elaboração do projeto em conjunto com os técnicos do INEA e em outro momento
299 firmará o termo de cooperação com o instituto. O Sr. Carlos Tibão ofereceu o apoio da
300 equipe do SUPLAJ INEA, que inclui dois técnicos em botânica, para auxiliar no
301 projeto. O Sr. Eduardo Pimenta questionou se seria necessário algum aporte financeiro
302 do Comitê. A Sra. Adriana respondeu que não, pois os recursos para execução viriam de
303 um fundo externo. O Sr. Leonardo Nascimento esclareceu que a equipe técnica do
304 CILSJ estava na fase de concepção do projeto, revisando documentos para a
305 manifestação de interesse. Explicou que uma das premissas do edital é que os projetos
306 ocorram em áreas de unidades de conservação, razão pela qual o Parque Estadual Costa
307 do Sol foi escolhido, já que seu plano de manejo proíbe a presença de espécies exóticas.
308 Outro requisito é o monitoramento por três anos após a conclusão. A Sra. Aline Ribeiro
309 destacou que o CILSJ seguiu as especificações do edital e todas as resoluções e
310 deliberações pertinentes. Além disso, guias de manejo de espécies exóticas a nível
311 federal foram consultados, e a Resolução INEA nº 190/2019, que define critérios e
312 procedimentos para uso de controle químico em projetos de restauração florestal, será
313 seguida, considerando que o controle químico pode ser necessário. O Sr. Clelvio
314 Martins Castello (Ordem dos Advogados do Brasil – 62ª Subseção de Iguaba Grande)
315 manifestou-se contra a retirada da Casuarina, argumentando que ela sempre esteve
316 presente na região e que a questão merece cautela para evitar impactos ao corpo hídrico.
317 Sugeriu, então, um estudo preliminar para avaliar a viabilidade. A Sra. Adriana Saad
318 explicou que a Casuarina era uma espécie exótica, introduzida da Austrália, e garantiu
319 que nada seria feito sem os estudos técnicos necessários. Comentou que a primeira ação
320 do projeto será promover educação ambiental para conscientizar a população sobre os
321 impactos da espécie, já que muitas pessoas compartilham da opinião do Sr. Clelvio. O
322 Sr. Paulo Cesar Pinheiro (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia)
323 informou que pescadores utilizavam a Casuarina na pesca do camarão. Ressaltou a
324 rapidez da reprodução da espécie e a necessidade de remover o caule após o corte para
325 evitar novos brotos. Por fim, defendeu o controle da espécie devido aos impactos sobre
326 a vegetação nativa na Ponta da Massambaba. Sem mais comentários, a proposta de
327 elaboração de uma carta de apoio do CBHLSJ ao Projeto Casuarina do CILSJ foi
328 colocada em votação. Os representantes das seguintes instituições se manifestaram a
329 favor da aprovação: Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ; Instituto
330 Estadual do Ambiente; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa;
331 Associação Raízes; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande - MOMIG; Associação
332 Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA; Associação dos Pescadores
333 Artesanais da Praia da Baleia; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Prolagos
334 S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Os representantes das
335 seguintes instituições se manifestaram contra a aprovação: Ordem dos Advogados do
336 Brasil – 62 Subseção de Iguaba Grande; e Associação dos Pescadores Artesanais do
337 Distrito de Figueira. Sendo assim, a carta foi aprovada pela maioria dos membros
338 presentes. O Sr. Eduardo Pimenta informou que iria se ausentar da reunião devido a
339 outros compromissos, passando a condução para o Diretor-Secretário Geral do
340 CBHLSJ, Sr. Leandro Coutinho. Dando continuidade, prosseguiu-se para a
341 **apresentação do Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas –**
342 **Observatório das Águas (OGA BRASIL)**, realizado Sr. Angelo Lima. A Sra. Aline
343 Ribeiro destacou que a apresentação em questão se tratava de uma demanda da

344 Diretoria Colegiada. O Sr. Angelo Lima iniciou a apresentação explicando que a OGA
345 Brasil era uma rede formada por 65 instituições, dos setores de poder público, usuários
346 de água, sociedade civil e CBH's, e 25 pesquisadores(as). Explicou que o objetivo do
347 OGA é coordenar essa rede na produção, sistematização, análise e disseminação de
348 informações sobre a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos brasileiros,
349 com o intuito de colaborar para que o SINGREH garanta água em quantidade e
350 qualidade para todos os brasileiros. O Sr. Angelo Lima contou que em 2019 foi criado o
351 Protocolo de Monitoramento da Governança das águas, visando construir uma cultura
352 de monitoramento e avaliação da governança da água; aprimorar as políticas de
353 governança e a gestão das instituições; fornecer subsídios por meio de indicadores de
354 governança a fim de verificar se os objetivos com a gestão dos recursos hídricos estão
355 alcançando os objetivos e impactos propostos; aprimorar um olhar crítico sobre a
356 governança das águas; e subsidiar a construção de planos de ação e de melhoria
357 contínua. Para isso, a instituição que desejar aderir ao Protocolo será responsável pela
358 coleta dos próprios dados. No caso dos CBHs, deverá ser criado um grupo de trabalho
359 ou câmara técnica, que ficará responsável por essa função. Explicou que os indicadores
360 e dimensões avaliados recebem notas, determinando o nível de governança da
361 instituição. O Sr. Ângelo destacou que o Protocolo permite que a instituição faça uma
362 auto avaliação, entendendo melhor seu panorama atual e direcionamento futuro. Sugeriu
363 que o CBHLSJ avaliasse sua adesão ao Protocolo e colocou-se à disposição para
364 esclarecer dúvidas, seja por meio de oficinas ou outro formato que o Comitê julgar
365 adequado. Ressaltou que a adesão deverá ser formalizada através de uma resolução do
366 CBHLSJ. O Sr. Ricardo Fernando Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do
367 Rio de Janeiro – FIRJAN) opinou que, dada a relevância do tema, a presença do
368 Presidente do CBHLSJ seria importante para opinar e orientar o plenário. A Sra. Dalva
369 Mansur comentou que acompanhava esse trabalho desde sua criação, mas ainda não
370 observou resultados concretos, pedindo mais esclarecimentos sobre os objetivos e o
371 alcance do Protocolo. Mencionou, também, que registrou o CBHLSJ em 2015. O Sr.
372 Arnaldo Villa Nova, apoiando o Sr. Ricardo Guadagnin e a Sra. Dalva Mansur,
373 completou que mais informações eram necessárias, pois a ausência de clareza gerava
374 insegurança quanto à adesão. O Sr. Ângelo Lima reforçou que oficinas poderiam ser
375 realizadas para trazer mais detalhes e esclarecimentos, auxiliando na decisão. O Sr.
376 Leandro Coutinho comprometeu-se a conversar com o Presidente sobre o assunto e,
377 assim que tivesse uma resposta, retornaria o contato com o Sr. Ângelo Lima. Sem mais
378 comentários por parte dos presentes, avançou-se para **Assuntos Gerais**. O Sr. Sérgio
379 Kunio Yamagata (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN)
380 questionou se seria viável para o Comitê desenvolver um projeto piloto voltado à
381 comunidade pesqueira, com o objetivo de melhorar a infraestrutura e proporcionar mais
382 dignidade aos pescadores. O Sr. Leandro Coutinho agradeceu pela proposta e informou
383 que já existem alguns projetos semelhantes em andamento em algumas colônias de
384 pescadores, ressaltando que seriam interessantes para replicar em outras colônias que
385 necessitam. A Sra. Adriana Saad acrescentou que o tema seria levado à CT Pesca para
386 discussão, sendo apoiada pelo Sr. Leandro Coutinho. Em seguida, foi retomada a
387 discussão sobre a criação do GT do Reservatório de Juturnaíba. A Sra. Gisela Carvalho
388 sugeriu que o tema fosse debatido em uma próxima reunião de plenária ou do
389 Subcomitê do Rio São João, o que ocorresse primeiro, devido à complexidade do tema e
390 ao longo tempo já decorrido na reunião. O Sr. Jorge Carmo de Mello (Associação Livre
391 dos Aquicultores das Águas do São João – ALA) manifestou seu apoio à criação do
392 referido GT, porém destacou que o foco deveria ser ampliado para incluir não apenas o

393 reservatório, mas também todo o rio. A Sra. Gisela Carvalho informou que o ICMBio
394 recentemente realizou uma análise circunstanciada para o Ministério Público Federal
395 (MPF) sobre as causas da poluição no Baixo São João, em resposta a uma denúncia
396 apresentada à CDMA-ALERJ. Explicou que a principal causa da poluição era a falta de
397 saneamento básico, principalmente nos municípios de Casimiro de Abreu, Barra de São
398 João, Rio das Ostras e Cabo Frio. Outro fator de poluição no Baixo São João era a
399 influência do reservatório de Juturnaíba. Diante disso, considerando que essa parte do
400 Rio São João já estava sendo tratada pelo MPF, sugeriu que o foco do GT fosse a Lagoa
401 de Juturnaíba. A Sra. Gisela Carvalho listou as diversas causas conhecidas de poluição
402 do corpo hídrico, enfatizando que as decisões devem ser fundamentadas em dados
403 científicos. Assim, sugeriu a contratação de uma equipe técnica especializada para
404 investigar detalhadamente as causas da poluição na Lagoa. O Sr. Jorge Mello comentou
405 sobre a poluição por produtos químicos e ressaltou a necessidade de análises mais
406 detalhadas e frequentes em diversos pontos, mencionando que o município de Cabo
407 Frio, especificamente, deveria ser incluído nas análises, o que atualmente não ocorre. A
408 Sra. Gisela Carvalho concordou e perguntou sobre a agenda de reuniões do Subcomitê
409 do Rio São João e da Plenária para discutir o tema. A Sra. Adriana Saad comprometeu-
410 se a entrar em contato com a Diretora do Subcomitê para agendar uma reunião. O Sr.
411 Vinícius Reis corroborou a fala da Sra. Gisela Carvalho, destacando que o Comitê
412 precisava implementar mais políticas voltadas ao Rio São João, dada sua importância
413 para a região, alertando que, sem ações, as condições do rio podem se tornar
414 irreversíveis. Informou que representará a Prefeitura de Casimiro de Abreu junto ao
415 CBH, quando for designado, e aproveitará todas as oportunidades para defender essa
416 pauta. Assim, considerou essencial a criação dos GTs, tanto para o Reservatório de
417 Juturnaíba quanto para o Baixo São João, e que esses GTs cumpram efetivamente suas
418 funções. O Sr. Arnaldo Villa Nova ressaltou a urgência na realização da segunda fase do
419 Projeto Aqua. O Sr. Leonardo Nascimento informou que a equipe do CILSJ recebeu
420 sugestões do Sr. André, do ICMBio, para ajustar o escopo do projeto, o que já foi feito,
421 e que agora iriam realizar uma nova cotação de preços para determinar um valor médio
422 de contratação. Em seguida, informou que era necessária uma formalização por parte da
423 Prefeitura de Casimiro de Abreu indicando o Sr. Vinícius Reis como seu representante
424 junto ao CBHLSJ. A Sra. Dalva Mansur expressou que não era o Comitê que deixava de
425 se preocupar com o Rio São João e a Lagoa de Juturnaíba, mas sim os municípios de
426 Silva Jardim e Casimiro de Abreu. O Sr. Jorge Mello completou que os municípios de
427 Rio das Ostras e Cabo Frio também deveriam ser incluídos nessa lista. A Sra. Dalva
428 Mansur continuou, afirmando que, quando ocupou a direção do Subcomitê e do
429 CBHLSJ, as reuniões eram realizadas na região, mas que, atualmente, a população local
430 não valoriza a importância desses corpos hídricos. Sugeriu mobilizar mais instituições
431 da região para participar das reuniões do Subcomitê, ressaltando que a participação não
432 requer ser membro do Comitê. Por fim, a Sra. Gisela Carvalho ponderou que o
433 momento não era para atribuição de culpados, mas sim para a busca de soluções para os
434 problemas. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Leandro Coutinho
435 agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Deste modo, eu, Samara M. P.
436 da H. Barros, lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do
437 Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de
438 Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia,
439 17 de dezembro de 2024.

Assinado digitalmente na ZapSign por
Eduardo Gomes Pimenta
Data: 06/01/2025 10:04:17.194 (UTC-0300)



EDUARDO GOMES PIMENTA
Presidente do CBH Lagos São João

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 06 Janeiro 2025, 10:04:17

Status: Em-Curso

Documento: Ata Da Reunião Ordinária De Plenária 03-10-24.Pdf

Número: d6da7cb9-2221-4db4-9d00-faf8f0b72fba

Data da criação: 19 Dezembro 2024, 08:45:44

Hash do documento original (SHA256): 6748a7e58f14d27f27524ddb33dbe7f38c4e334e5e7ed9130251094d7c692809



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p>EDUARDO GOMES PIMENTA</p> <p>Data e hora da assinatura: 06 Janeiro 2025, 10:04:17 Token: 9f9b20f7-6586-433a-bc92-d704ce6707d2</p>	<p>Assinatura</p>  <p>Eduardo Gomes Pimenta</p>
<p>Pontos de autenticação:</p> <p>Telefone: + 5555229979401</p> <p>E-mail: epimenta@uva.br</p> <p>Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p> <p>Selfie - Foto do rosto</p> <p>Anexada ao relatório</p>	<p>Localização aproximada: -22.885676, -42.062441</p> <p>IP: 200.143.232.15</p> <p>Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/131.0.0.0 Safari/537.36</p>

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número d6da7cb9-2221-4db4-9d00-faf8f0b72fba, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign d6da7cb9-2221-4db4-9d00-faf8f0b72fba. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.